

UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM CRISE!

Saudamos todos os participantes deste 34º Conselho de Entidades Estudantis (CEE), e deixamos aqui nossa contribuição no sentido de reorganizar o movimento estudantil em SC e trazer a UCE de volta para a luta!

A universidade brasileira passa pela crise mais profunda de sua história. A privatização “lenta e gradual” tem-se acelerado, e o movimento universitário não tem sido capaz de tirar a universidade do fluxo destrutivo da mercantilização. Se durante os últimos 20 anos o avanço da subordinação da universidade ao capital se deu através da apropriação privada da ciência e tecnologia, no caso das públicas; e através do *boom* de oferta de matrículas, no caso das privadas; hoje nas públicas já está em cheque a gratuidade do ensino e sua qualidade; e, no caso das privadas, passa-se por uma crise onde cerca de 54,6% das vagas não são preenchidas anualmente.

O governo tem demonstrado total descaso com a educação, dando continuidade ao processo de privatização e precarização do ensino superior. O corte de 50 bilhões no orçamento, dos quais 3 bilhões da educação e 1,7 bilhões da ciência e tecnologia, demonstram isso. É algo muito sério. É a continuidade de uma política de austeridade para o povo, enquanto segue-se destinando os recursos públicos para os ganhos do setor bancário e financeiro, a exemplo de

2010, quando foram destinados R\$ 777 bilhões para amortizações da dívida pública. Além disso, o governo ainda mantém a taxa de juros alta, que se encontra em 11,25%, valorizando a moeda nacional e favorecendo as importações, o que faz com que aumente os lucros dos grandes monopólios estrangeiros.

Paralelo ao corte de verbas tem-se uma situação de desresponsabilização do papel do estado enquanto mantenedor das universidades públicas. Assim, diminui-se os recursos e se incentiva as universidades a buscar “recursos próprios”, o que significa a busca por recursos na iniciativa privada, incluindo aí cobrança de mensalidades. Com a atual expansão das universidades federais a situação se agrava: na UFSC a quantidade de estudantes ingressos praticamente dobrou, enquanto faltam professores, salas de aulas, e as obras estão todas atrasadas. Para esse ano já está anunciado por Dilma: as federais terão que cortar 10% do orçamento de custeio e os concursos públicos foram cancelados. Como improviso, o governo abriu a possibilidade de contratação de “professores temporários”, o que irá piorar muito a qualidade e as próprias condições de trabalhos dos professores.

INFRA-ESTRUTURA CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NA UDESC

A situação da UDESC continua alarmante. Em muitos cursos, há falta de quadros de professores com doutorado, inviabilizando a pesquisa. Só recentemente há disponibilidade de água potável para cursos como Engenharia de Alimentos. Em Laguna, estudantes do CERES saem do antigo Sambódromo (que dividiam com um EJA), para um colégio estadual. Estudantes de cursos como Enfermagem, sem campo de estágio nem moradia, tem constantemente que se deslocar por conta própria para outras cidades. Estudantes do curso de sistemas de Informação utilizam espaços do prédio do Senai para terem suas aulas (em precárias condições).

Os estudantes têm pouco espaço dentro da UDESC. Uma minoria de CAs/DAs tem espaço físico para atuação, e muito pouco espaço político. Os estudantes só tem 15% do coro para eleição de reitor e direção de centro, dificultando a participação dos os estudantes.

Como haverá eleição para reitor em 2012, algumas promessas foram refeitas. Assim, quando até então deixavam claro que eram contra o restaurante “por questão de princípio”, já apontavam para 1º de abril deste ano a data em que estaria disponível o projeto de Ru’s a serem construídos nas IES da UDESC até 2012, tratando-se tão somente do prédio, sem previsão do valor das refeições. A moradia estudantil deverá ser “solicitada para a próxima gestão”, diz o reitor. As bolsas moradia e alimentação estão em discussão, mas muito longe de qualquer política de assistência estudantil, sendo discutida no âmbito da extensão.

A FALÁCIA DO “PÚBLICO NÃO ESTATAL”

O sistema ACAFE surgiu na ditadura com a transformação das faculdades municipais em universidades, esse processo abriu brecha para que as universidades, que continuavam públicas, passassem a cobrar taxas e posteriormente mensalidades. É importante não cair na armadilha da oligarquia catarinense. A cobrança de mensalidades não foi um “mal necessário”, mas uma opção da oligarquia para a expansão do ensino superior em SC.

As universidades da ACAFE passam por inúmeras crises, demissões, cortes em pesquisa e extensão e até fechamento de cursos e unidades. A obscuridade administrativa e financeira só é quebrada por escândalos e processos envolvendo os dirigentes, que desrespeitam a lei no que tange a forma de contratação, prestação de contas e eleição de cargos dirigentes.

Para se livrar das exigências legais e se apossar totalmente das universidades os dirigentes da ACAFE agora defendem que essas universidades se tornem “públicas não estatais”, em outras palavras, que elas recebam isenção de impostos e recursos estatais, sem prestar contas à órgãos públicos, sem formas democráticas de escolher seus dirigentes, contratando professores sem concurso público. Esse projeto legaliza tudo que hoje é feito de forma ilegal, abrindo espaço para que essas universidades se tornem privadas de direito e de fato.

E O QUE TEM FEITO A UCE?

Historicamente a União Catarinense dos Estudantes encampou diversas lutas, mobilizando, organizando e conscientizando os estudantes e a população catarinense na defesa de direitos, como durante a ditadura militar no Brasil. Na década de 80, organizou campanhas estaduais vitoriosas pelo congelamento e rebaixamento das mensalidades nas universidades fundacionais. Há muito não se vê esse espírito de luta por parte dessa entidade estadual. Ela deveria representar a todos os estudantes de Santa Catarina, defendendo as reivindicações necessárias.

A UCE hoje nega sua história de lutas, estando completamente atrelada a interesses que não são o dos estudantes, servindo de máquina a partidos, principalmente ao PCdoB. Infelizmente o que veremos nesse CEE e no próximo Congresso da UCE será uma entidade fazendo coro às políticas governamentais, sem qualquer capacidade de crítica.

A UCE deve ser uma entidade independente e de luta!

Acreditamos ser necessário para a UCE a revitalização de suas pautas históricas e a formulação de um programa de luta que exprima os interesses imediatos e de longo prazo dos estudantes catarinenses. Para isso, é fundamental que ela lute:

- * **Pela Reestatização das Universidades do Sistema Acafe!**
- * **Pela democracia interna em todas universidades: paridade nos colegiados e eleições com voto universal para dirigentes!**
- * **Congelamento e/ou diminuição do valor das mensalidades no estado!**
- * **Pela garantia da qualidade na expansão das universidades federais!**
- * **Pela realização de concursos públicos para professores efetivos e servidores técnico-administrativos!**
- * **Pela revogação da dita “reforma” do Governo que privatiza e precariza a educação superior!**
- * **Garantia dos Direitos Estudantis (bolsas, restaurante universitário, moradia estudantil, etc)!**

Pela construção do 1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE POPULAR!

Ao mesmo tempo em que a UCE vem tangenciando as lutas imediatas, também não debate o papel da Universidade, suas potencialidades e o seu processo de transformação. A reivindicação histórica da Reforma Universitária foi fruto de amplas discussões nos anos 60, quando o movimento universitário pautava, de maneira autônoma, um projeto de universidade que superasse a lógica de mercado. Quer dizer, lutavam para que ela desenvolvesse e produzisse conhecimento novo e necessário para a resolução de necessidades essenciais das classes trabalhadoras. Superar o analfabetismo, projetar e viabilizar a reforma agrária, socializar os meios de produção e impor a sua democratização interna, são apenas alguns dos objetivos indicados pelo movimento universitário à época. Infelizmente, este conteúdo da “reforma” foi completamente deturpado e transformado em seu oposto: uma “contra-reforma” universitária privatizante.

Ao interditar esses debates, a UCE entrou em uma crise sem precedentes. Optando pela conciliação, caiu em uma completa omissão na formulação de um programa radical capaz de

disputar efetivamente a universidade, o que a fez perder completamente sua legitimidade e capacidade de mobilização. Mas também, ao capitular com o projeto conservador, a UCE coloca água no moinho de um movimento que anda no sentido contrário. Isso ocorre, pois a organização – ou reorganização – de um movimento é inseparável da elaboração de um programa (tático e estratégico) que possa levar esse movimento à vitória.

Por isso, estamos empenhados na construção de um Seminário Nacional sobre Universidade Popular, que coloque a questão de “para quem serve a universidade” novamente na centralidade do debate.

Mas se a UCE anda para trás, você ainda pode fazer um futuro diferente para a universidade: seja parte desse esforço e ajude a construir o **1º Seminário Nacional sobre Universidade Popular!** Construa o debate nos cursos, universidades, entidades para reorganizar um movimento estudantil brasileiro autônomo, crítico e criador!